

TURISMO como fenômeno humano: uma nova base conceitual para implementação de políticas públicas

Prof. Dr. Carlos Alberto Cioce Sampaio*

Prof. Dr. José Manoel G. Gândara**

Prof. Dr. Oklinger Mantovaneli Jr.*

* Professores dos Programas de Pós-Graduação em Administração e Desenvolvimento Regional da Universidade Regional de Blumenau (FURB)

** Professor do Departamento de Turismo da Universidade Federal do Paraná (UFPR)

RESUMO

As heteronomias da sociedade contemporânea apontam para um esgotamento do modelo de desenvolvimento economicista que não mais responde aos desafios colocados pela globalização dos circuitos econômicos e culturais. Nesse contexto, emergem demandas por políticas públicas que apontem para a sustentabilidade em seus processos de gestão, sobretudo baseadas na participação e no engajamento da sociedade civil, como condicionante para um novo estilo de desenvolvimento. Este artigo pontua tal caminho como referência para uma ação social, conceitualmente denominada por turismo como fenômeno humano. Tal perspectiva demarca uma melhor mediação dos interesses entre comunidades receptoras e o *trade* turístico de modo que possa diminuir o vácuo existente entre estes dois elementos que equivocadamente são, por vezes, considerados como extremos opostos. Palavras-chave: Sociologia do Turismo; Políticas Públicas; Gestão Sustentável; Tecnologias Sociais.

Abstract

This essay based on bibliographical references of Humanities and the Applied Social Sciences. It's objective suggests propositions that enlarges the understanding of Tourism. Tourism is defined as the study of the relationship between the human displacement and permanence based in the space-time dimension. Methodology, it incorporated in the scientific debate types of rationality and tacit knowledge in processes that share new experiences which, not always, are necessarily used of the individualistic utilitarian rationality, originated from the estrangement of the benefits caused by the touristic activity to the receivable communities. Key-words: Tourism's Sociology; Public Policy; Sustainable Management; Social Tecnology;

Introdução

A temática turismo deve ser tratada com um enfoque interdisciplinar, diferentemente do que normalmente se verifica nos estudos teóricos, metodológicos e empíricos inseridos nas Ciências Sociais Aplicadas. O objeto turismo, como outros,

transcende a perspectiva disciplinar de um sujeito. Tratá-lo dessa forma é distorcer o fato social. Este prevalecer da visão economicista / mecanicista do turismo, muitas vezes, encoberta as restantes vertentes. Entretanto, não se quer apenas criticar mas, também, apontar soluções. Assim, se tem como objetivo neste ensaio sugerir proposições que ampliem o entendimento da temática do turismo.

O crescimento da atividade turística, e sua complexidade como fenômeno, demandam uma análise da mesma dentro de uma perspectiva mais ampla, que considere de forma equânime os aspectos econômicos, ambientais e sociais, pois somente desta forma será possível uma aproximação mais ampla e concreta de seus reais impactos, positivos e negativos, considerando sempre que uma aproximação parcial e relativizada, sempre comprometerá a percepção do todo e, distorcionará a compreensão do fenômeno de forma indelével.

Distorções também ocorrem na temática da administração, que, aliás, é uma das bases do enfoque tradicional do turismo, pois, ambas temáticas, muitas vezes, tratam hipóteses como fossem realidades já verificadas, resultando em modelos dedutivos incompletos que, muitas vezes, são tidos como modelos acabados e, desta forma, distorcendo sensivelmente as conclusões obtidas.

A razão societária vigente baseia-se no consenso utilitarista que distorce o sentido de felicidade ao ponto de convertê-lo em sinônimo de obter bens e serviços (mercadoria), de forma a substituir as satisfações afetivas, e assim se corre o risco de dela se tornar escravo, tendo a necessidade material sempre crescente, para mascarar a nossa insatisfação afetiva e o nosso mal-estar (MARCUSE apud SACHS, 1986; DE MASI, 2000; KRIPPENDORF, 2001).

Não se tem dúvidas de que o turismo supera, na sua essência, a perspectiva de uma atividade compensatória à neurose da pressão ou excesso de trabalho e geradora de mazelas societárias, tais como a concentração de renda, a supremacia dos espaços urbanos sobre os

rurais, descaso com os recursos naturais e tanto outros. A atividade turística precisa ser vista além da sua dimensão econômica (negocio do ócio). Ela deve agregar outras dimensões, tais como a social e a ambiental, considerando sempre o sentido mais amplo de tais acepcoes, podendo transformar-se em uma estratégia importante para um desenvolvimento mais sustentável, valorizando e preservando tradições e relações sociais, racionalizando o uso dos recursos naturais e, ainda, gerando renda e aproveitando as capacidades humanas locais, pois desta forma será possível aproveitar os benefícios advindos do desenvolvimento da atividade turística para efetivamente produzir uma sociedade mais justa e coerente com os principios da sustentabilidade desde todas as suas dimensoes e perspectivas.

Um Conceito Prospectivo

Está se partindo de um conceito de turismo que é o estudo da relação entre o deslocamento e a permanência humana parametrizada na dimensão espaço-tempo. Deslocamento humano é a migração de pessoas entre espaços locais¹ e permanência humana é a fixação de pessoas nos espaços locais. O tempo não é completamente isolado e independente do espaço, mas sim se combinam para formar um elemento espaço-tempo, isto é, o espaço interage com o tempo, um modificando o outro (HAWKING, 2000)². Quando se está no município de residência (permanência), a noção de tempo e de espaço é percebida diferentemente de quando se está em uma outra localidade, seja por motivos de lazer ou negócios (deslocamento), algumas vezes porque buscamos tal contraposicao de

¹ O espaço é um conjunto indissociável de que participam, de um lado, o arranjo de elementos territoriais, naturais, econômicos, sociais e culturais, e, de outro, a vida que os preenche e os anima, isto é, a sociedade em movimento (SANTOS, 1994).

² A partir da teoria geral da relatividade e de suas derivações, celou-se o fim da idéia de tempo absoluto. Surgia, então, as bases para se afirmar que o tempo não é completamente isolado e independente do espaço, mas sim que eles se combinam para formar um elemento chamado espaço-tempo. Para melhor compreendê-la, utiliza-se o exemplo do paradoxo dos gêmeos: *uma mãe deu a luz a um par de gêmeos. Ambos viveram em lugares diferentes. Um viveu no topo de uma montanha e o outro viveu no nível do mar. O primeiro gêmeo envelhecerá mais rápido do que o segundo, isto é, ao se encontrarem novamente, um será mais velho do que o outro* (HAWKING, 2000, p.59).

percepções, outras porque ela se dá de forma natural, porém sempre como consequência tanto de realidades como de perspectivas diferentes.

Existe uma relação dialética, ora simétrica ora assimétrica, entre deslocamento e permanência humana, provocada pela dinâmica societária, conforme algumas teorias elucidam, como o materialismo dialético, os ciclos civilizatórios e os paradigmas.

Para Marx (1996) e Marx e Engels (1996) a realidade é um movimento constante. Num primeiro estágio, o homem deve estar em condições materiais de viver para fazer história. Tão logo satisfeito, criam-se novas necessidades. A produção material tende a se recriar da mesma forma que o homem. O homem quer se perpetuar (como seu criador). Configura-se uma massa de forças produtivas que determina o estado social. Surge a consciência, sobretudo de que o homem vive em interações com outros homens. O último estágio, a consciência, é um produto social, portanto, se renova.

Toynbee (1987) define *civilização como uma qualidade especial ou uma fase de cultura que tenha exibido durante determinado período* (p. 46). A característica predominante que define os ciclos civilizatórios é a autodeterminação que, segundo o autor, significa auto-articulação, e, que, através dela, se pode analisar o processo pelo qual as civilizações realmente crescem e declinam. A articulação não é uma coleção de pessoas, mas um conjunto de relações; é o campo de interação de dois ou mais sujeitos. Essas interações modificam o homem.

Kuhn (1970) define paradigmas como sendo *realizações científicas universalmente reconhecidas que, durante algum tempo, fornecem problemas e soluções modelares para uma comunidade de praticante de uma ciência* (p.13). Um novo paradigma surge quando o anterior não mais consegue solucionar a maioria dos problemas societários.

Essas três teorias apontam que a dinâmica societária incuba novas maneiras de agir das pessoas ao mesmo tempo que, no seu âmbito, desaparecem formas de agir tradicionais.

Esse fenômeno deve ser estudado para poder planejar a demanda e a oferta de bens e serviços desse fluxo de modelos de desenvolvimento humano.

O que se percebe no intervalo espaço-tempo contemporâneo é que a racionalidade vigente, fundamentalmente utilitarista / econômica, não responde mais as questões da maioria da população planetária quando se analisa alguns indicadores sócio-econômicos apontados a seguir.

Quadro: Indicadores Sócio-Econômicos

Indicadores	Países com Índice de Desenvolvimento Humano		
	Elevado	Médio	Baixo
Demografia	18% da população	71	11
Expectativa de vida ao nascer(*)	77 anos	67	51
Taxa de alfabetização de adultos	99%	77	49
PIB per capita	US\$ 22.000	3.458	1.000

Obs.: () Os países com a maior e a menor expectativa de vida são respectivamente: o Japão com 80 anos e Serra Leoa com 38 anos.*

Fonte: Human Development Report 1999.

Os pressupostos de uma nova racionalidade que responda a maioria dos problemas societários deve ponderar o utilitarismo econômico vigente dentro de parâmetros aceitáveis e restritos ao equacionamento do sistema de mercado (tratar produtos apenas como mercadorias), ao mesmo tempo que possa viabilizar o surgimento de um sistema regulador sócio-econômico-ambiental que utilize no seu bojo uma racionalidade humana, dita mais solidária, de comunhão, alternativa, onde possam emergir micro, pequenos, médios e grandes empreendimentos (SACHS, 2001).

A racionalidade solidária surge da insatisfação moral (vácuo institucional) provocada pelos interesses individuais baseados no cálculo meios e fins utilitaristas (SEN, 2000). É difícil de imaginar que um proprietário de hotel não fique perturbado ao se despejar o esgoto sanitário da sua empresa no mar. Neste contexto surge a necessidade de um debate ético, tal como concebe o Código Ético Mundial para o Turismo (WTO, 2002).

O empreendedorismo, tal como concebido por Schumpeter (1997), é uma atividade que supera a racionalidade utilitarista, sobretudo quando utilizada no seu extremo. O empreendedor schumpeteriano é visionário. Ele possui responsabilidade social junto a sua comunidade. O empreendedorismo deve estimular um desenvolvimento sócio-econômico-ambiental endógeno (distante da tradição neo-capitalista), utilizando as capacidades locais. Para Schumpeter, o Estado, como fomentador de políticas públicas, deve financiar as organizações empreendedoras.

O turismo como fenômeno humano, pode resgatar a perspectiva empreendedora schumpeterina. As capacidades humanas devem ser aproveitadas nos seus próprios espaços locais (de permanência humana), evitando a migração forçada (deslocamento desumano) e, na maioria das vezes, danosa às populações rurais, inclusive, reforçando a favelização dos pólos urbanos. Muitos dos “problemas” urbanos devem ser solucionados no campo, antes de que os mesmos se produzam. E a atividade turística pode se converter em um importante instrumento na busca por soluções para tais questões sociais de tão fundamental relevância, desde que seja encarada desde uma nova perspectiva.

Os recursos locais devem ser geridos pelos próprios espaços locais. Os espaços locais são verdadeiros incubadores das atividades econômicas, sociais e ambientais, simulando uma perspectiva global (Sampaio, 1996). Cada localidade deve aprender a brigar *cada uma com o calo que lhe dói*: o hotel que despede funcionários em massa, o êxodo rural ou urbano, a indústria que está matando o rio local, o nível de educação das escolas (DOWBOR, 1990; 1994). Para promover o empreendedorismo turístico do tipo endógeno deve-se iniciá-lo através de agendas 21 para o turismo (OMT, 2002). O desenvolvimento endógeno deve ser considerado como um instrumento de fortalecimento dos destinos turísticos frente a um mercado cada vez mais globalizado, pois somente os destinos em condições de competir neste mercado de forma cooperada, com produtos de qualidade e diferenciados, serão competitivos e, conseqüentemente, sustentáveis (GANDARA, 2001)

Uma Metodologia Prospectiva

Acredita-se que o debate central inserido no paradigma do desenvolvimento sustentável é a tentativa de superar as polaridades existentes entre as análises positivista / fenomenológica, os métodos quantitativo / qualitativo, os estudos disciplinares e multidisciplinares, as esferas privada / pública, as decisões racional / não-racional, sobretudo as racionalidades econômica / não-econômica, entre outras, propondo um processo dialógico complexo entre visões contrárias, pois possuem ambigüidades, ora se complementando, ora se interpenetrando, que devem ser vistas como potenciais criadores que enriquecem o processo de gestão organizacional (SAMPAIO, 2003a).

Assim poderia ser superada a visão holística míope do dito popular, segundo o qual o todo é maior do que a soma das partes. De acordo com Morin e Moigne (2000) e fazendo uma analogia com a tomada de decisão coletiva, percebe-se que esta supera a somatória de decisões individuais; entretanto, as qualidades intrínsecas dessas decisões, como é a opinião de um tomador de decisão, não podem se exprimir plenamente, isto é, elas são inibidas no todo. Deduz-se, então, que o todo é concomitantemente mais e menos que a soma das partes.

A priorização de problemas mais importantes, analisados e assim considerados desde uma perspectiva da representacao da coletividade, metodologia utilizada pelo Programa Nacional de Municipalizacao do Turismo, programa nacional de descentralizacao e desenvolvimento da atividade turística, que desde algumas perspectivas acabou por se transformar em política, acabou por nao obter os resultados desejados justamente, tanto por nao obter a representatividade e o comprometimento previstos e necessarios, como por muitas vezes carecer de visao / perspectiva mais ampla ao tomar tais “decisoese”.

Espera-se também avançar sobre a visão disciplinar de pesquisa técnica e acadêmica no qual o objeto de pesquisa é analisado apenas por um pesquisador ou, muitas vezes, também, por um grupo de pesquisadores, que mesmo sendo de áreas profissionais distintas

(multidisciplinares), possuem ainda uma visão estreita de mundo (MORIN e KERN, 1995). Da mesma maneira, ultrapassar os limites do enfoque interdisciplinar que, segundo Morin e Moigne (2000), é a colaboração e comunicação entre as disciplinas, guardadas as especificidades e particularidades de cada uma, para que se possa experimentar a transdisciplinaridade que, a priori, cria um campo de saber com autonomia teórica-metodológica própria.

É necessário se fazer esforço para conduzir o estudo de maneira interdisciplinar, isto é, buscar o entendimento articulado entre as disciplinas das várias ciências, sobretudo das Ciências Exatas, Tecnológicas, da Terra, Agrárias, Biológicas, Humanas, Sociais Aplicadas, Jurídicas, relacionadas a Saúde, Educação, Artes, Letras, e outras injustamente esquecidas.

Não se quer cair nos riscos da ideologia, do romantismo utópico e da generalização, muito menos, no risco do ceticismo, da imobilidade e da especificação. Acredita-se que é necessário permitir uma flexibilização na busca do entendimento do saber científico, de modo que possa permitir mecanismos que transformem o conhecimento tácito, de difícil mensuração, em conhecimento explícito, racionalizado (POLANY, 1983).

Nos processos participativos, por exemplo, que se privilegia nos âmbitos da Agenda 21 e do Plano Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT), deve-se levar também em conta, além da diversidade de conhecimento racional encontrada entre sujeitos, uma significativa diversidade subjetiva de conhecimento tácito encontrada entre sujeitos que compartilham das mesmas argumentações racionais (SAMPAIO, 2003b). Isto é, *a racionalização, muitas vezes, consiste em elaborar uma explicação que é mais uma justificação dos nossos atos do que a avaliação adequada dos motivos que os ocasionaram. Emprega-se esse recurso, geralmente, quando nossos hábitos de agir ou os nossos padrões de comportamento entram em conflito recíproco. O indivíduo, nesta situação, pode mentir conscientemente ou iludir-se com alguma explicação que lhe pareça satisfatória, embora inadequada ao acontecimento real* (MANNHEIM, 1971, p.57).

Existem processos que compartilham experiências, sem necessariamente utilizarem de conhecimentos puramente racionais. Os aprendizes, por exemplo, trabalham com seus mestres e aprendem sua arte não através da linguagem (considerada racional), mas sim através da observação, imitação e prática (consideradas tácitas). É quase axiomático que o bom artesão é aquele que tem experiência, e que o bom gestor é aquele que possui vivência de campo (SAMPAIO, 2003a).

Para que tanto o planejamento como a implementação, o desenvolvimento, a gestão e o controle da atividade turística se de dentro dos preceitos da sustentabilidade, é fundamental que exista a participação permanente de todos os atores envolvidos na mesma, já que todos tem, e devem necessariamente ter, benefícios e responsabilidades. Porém, ter claros objetivos, metas e estratégias necessárias para atingi-los, considerando sempre uma perspectiva mais ampla, e não somente focada na atividade turística, é necessário para que os resultados atendam aos interesses de todos os atores, e principalmente da localidade como um todo. Para tanto, a visão estratégica se faz premente.

Uma Prática Prospectiva

O Plano Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT) que, desde 1995, vem sendo implementado em 1.200 municípios brasileiros de vocação turística, utilizando uma metodologia teórica-conceitual participativa da Organização Mundial de Turismo - OMT (Embratur, 2001), que pode ser entendida como instrumento para promover o desenvolvimento sustentável, não conseguiu ainda, na maioria dos casos, transformar ações formuladas em resultados econômico-sócio-ambientais efetivos às comunidades receptoras. Isto é resultado da disseminação de um conceito de turismo, baseado sobretudo numa racionalidade econômica reducionista e normatizadora que transforma o tempo livre,

característica necessária para viver com felicidade, em lazer *customizado*³, típico de uma sociedade de consumo (HAULOT, 1991; KRIPENDORF, 2001).

Em paralelo aos anos de estudo sobre PNMT, planejamento de bacias hidrográficas e planejamento para o desenvolvimento local ou microrregional, aplicou-se basicamente duas metodologias de planejamento estratégico participativo (PEP) e gestão organizacional estratégica para o desenvolvimento sustentável (SiGOS).

O PEP é uma metodologia considerada híbrida, isto é, incorpora elementos tanto do planejamento estratégico quanto do planejamento participativo. O PEP contempla simultaneamente as preocupações com os aspectos democráticos e estratégicos. Com a ascendência do enfoque do desenvolvimento sustentável, o PEP vem se afirmando também dentro desta nova contextualização, como uma importante ferramenta organizacional (SOUTO-MAIOR, 1991b; 1994a; 1996a). Derivando-se do PEP e de experiências de planejamento participativo que promove o desenvolvimento sustentável⁴, surge a Gestão Organizacional Estratégica para o Desenvolvimento Sustentável (SiGOS), que objetiva garantir que as ações elaboradas sejam efetivamente executadas (SAMPAIO, 1999, 2000b).

A distinção que se faz entre PEP e SiGOS é que na prática o planejamento enfatiza a etapa de formulação de estratégias e a gestão enfatiza a etapa de implementação destas. A implantação de estratégias (entendida também como gestão estratégica), dentro do contexto de PEP, constitui por sua vez um parâmetro tão importante quanto o seu próprio processo iniciador, ou seja, o planejamento. Isto é: o que é realizado não precisa necessariamente ser planejado (SAMPAIO, 2002). O PEP e o SiGOS, enquanto metodologias para promoção do desenvolvimento sustentável, já foram testadas, descritas e

³ Terminologia administrativa que determina valor de mercado de alguma coisa, calculado monetariamente, a partir do capital e do tempo gastos na sua produção e a margem de lucro de seu produtor.

⁴ Catalogadas no *Centre International de Recherche sur L' Environnement et lê Développement* (CIRED) e no *Centre de Recherches sur le Brésil Contemporain* (CRBC) da *L'École des Hautes Etudes en Sciences Sociales* (EHESS).

analisadas, sobretudo no Estado de Santa Catarina, em trabalhos teórico-empíricos de Souto-Maior (1991a, 1991b, 1993b, 1994a, 1994b, 1995b, 1996a e 1996b) e de Sampaio (SAMPAIO e ALVES, 1995; SAMPAIO e D'OLIVEIRA, 1996; SAMPAIO, 1997a, 1997b, 1997c, 1997d, 1997e, 1997f, 1998, 2000, 2001), juntamente com a Associação de Profissionais de Planejamento Estratégico e Participativo (APEP)⁵.

Diante dessas experiências, verificou-se na prática dois pontos comuns importantes. O primeiro ponto é que o planejamento/gestão pode ser dividido em três etapas que compreendem: elaboração, implantação e avaliação. De um modo geral, a etapa de elaboração é aquela que propõe os problemas mais importantes (questões estratégicas); a etapa de implantação é a que soluciona os problemas; e a etapa de avaliação é a que tenta garantir que as soluções dos problemas sejam de fato implantadas. O segundo ponto relaciona-se com essas três etapas do planejamento/gestão: os problemas não são difíceis de serem elaborados; as soluções dos problemas não são fáceis de serem encontradas; é muito difícil garantir que as soluções dos problemas sejam de fato implantadas.

Diante desses graus de dificuldade apontados nas etapas de implantação e avaliação do planejamento, ou seja, soluções dos problemas e implantação destas soluções, surgiu o interesse de propor uma alternativa para superá-los. Sampaio (2000) sugere que a gestão organizacional (empresas, organizações públicas, organizações não-governamentais, bem como arranjos institucionais que compõem esses três tipos de organizações) deve ser conduzida parametrizada por critérios extra-organizacionais (fora da organização) com dimensões sócio-econômico-ambientais (sustentáveis) para poder corrigir os equívocos provocados por um modelo de gestão que privilegia apenas critérios interorganizacionais com dimensão econômica.

Critérios extra-organizacionais com dimensões sustentáveis, tais como preconizados pelo Blue Flag Programme (UNEP, 2002), chamados de efetivos, devem guiar os

⁵ APEP é uma associação formalmente, originada de um núcleo de estudos informal, denominado Pólis, que mais tarde passaria a se chamar PóliSul. Este núcleo vinculava-se, em 1992, à área de Políticas Públicas e Governamentais (PPG) do

interorganizaiconais, caracterizados como eficientes e eficazes. A eficiência é medida através dos processos de produção que no seu conjunto determinam o grau de produtividade, e a eficácia é verificada através dos resultados desses processos de produção que no seu conjunto determinam o grau de competitividade.

Não se quer que a efetividade seja um critério que se sobreponha aos de eficiência e eficácia, mas se deseja direcioná-los de modo que possam superar no seu âmbito interorganizacional o mero cálculo meios-fins utilitarista, equacionado apenas na dimensão econômica.

A efetividade organizacional se alcança quando o ambiente organizacional - oportunidades, ameaças, pontos fortes e fracos – dimensiona sócio-econômico-ambientalmente a realidade de modo que possam surgir questões e ações estratégicas que superem a visão unidimensional da racionalidade econômica.

O processo organizacional parametrizado pelo critério efetividade deve ser conduzido de maneira participativa⁶, ou melhor, compromissada⁷, que permita diagnosticar uma realidade problemática e, ao mesmo tempo, produzir ações multidisciplinares para corrigi-la.

O marco desencadeador dessa participação compromissada é quando o sujeito da análise e da ação se interrelaciona com o objeto de maneira substantiva. Eles, sujeito e objeto, se misturam, pelo menos, em algum intervalo de tempo. As conseqüências da ação do sujeito impacta sobre si mesmo, isto é, quando o próprio sujeito se sente parte do objeto.

Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGA) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC);

⁶ Participação é o processo de se tornar parte de alguma coisa por opção (SENGE, 2001).

⁷ Comprometimento vai além de um estado de participação, é um sentimento de total responsabilidade na transformação da visão (ideal) em ação (realidade) (SENGE, 2001).

A insatisfação moral ou vácuo institucional, mencionado anteriormente, surge a partir de uma disposição de fazer sacrifícios (quando se faz algo contra os interesses próprios) para promover valores, como justiça social e bem estar da comunidade. Se uma pessoa ajuda alguém em estado de miséria (quando os rendimentos econômicos não permitem satisfazer as necessidades de alimentação), movido por um sentimento de mudança de um sistema econômico que acha injusto, isto pode ser chamado de comprometimento (SEN, 2000).

Considerações Finais

Deve ser filosofia básica de qualquer planejamento e gestão da atividade turística (destinos / produtos / empresas), o conceito de desenvolvimento sustentável, considerando-o como um paradigma que relaciona de forma equânime os aspectos sociais, ambientais e econômicos, desde uma perspectiva estratégica e que viabilize a efetiva participação em todas as fases do processo, de todos os atores envolvidos envolvidos.

Ao planejar e gerir a atividade turística de forma sustentável, é fundamental ter presente as distintas capacidades de carga, considerando que devemos satisfazer de forma plena a visitantes e visitados, não perdendo de vista a necessidade premente de contar com indicadores, tanto objetivos como subjetivos, que permitam tomar decisões mais conscientes, baseadas na efetiva compreensão da situação, interpretando as relações endógenas e exógenas da atividade.

Porém, a precaução ao tomar tais decisões é um aspecto de máxima relevância, pois somente desta forma se poderão evitar danos posteriores, aspecto necessário para uma perspectiva de longo prazo, e que reforça a importância de uma perspectiva estratégica permanente.

As contribuições substanciais deste ensaio ressaltam conceito, metodologia e prática prospectivas sobre a temática do turismo, surgido a partir de um referencial bibliográfico

das ciências humanas que complementou o das ciências sociais aplicadas. Inclusive, cada vez mais se torna freqüente esta interação entre estas duas grandes áreas de conhecimento no âmbito de núcleos interdisciplinares de pesquisa em desenvolvimento e meio ambiente, arriscando-se dizer que há uma emergência das ciências ambientais.

O conceito de turismo que se definiu foi o estudo da relação entre o deslocamento, sinônimo de movimento migratório entre espaços locais, e a permanência humana, concebida como movimento de fixação em espaços locais, parametrizada na dimensão espaço-tempo. O turismo é causa-efeito de uma dinâmica humana, incubando novos modos de agir, concomitantemente com modos de agir tradicionais que estão desaparecendo.

Em relação a metodologia, sugeriu-se o enfoque interdisciplinar (parametrizado no transdisciplinar) como tentativa real de melhor entendimento do turismo como fenômeno humano, interrelacionando diferentes visões disciplinares, ao mesmo tempo que resguarda as particularidades de cada uma. Destacou-se a necessidade de incorporar no debate científico o conhecimento tácito, isto é: aquele que é de difícil racionalização unodisciplinar, embora não seja impossível interdisciplinarmente, existente em processos que compartilham experiências novas e que, nem sempre, se utilizam necessariamente de conhecimentos puramente racionais utilitaristas.

Enfim, como resultado desses conceitos e metodologias prospectivos, surge uma prática possível de solucionar os problemas identificados nas experiências de implementação da Agenda 21 e do PNMT, tal prática entendida como um processo que deve tanto superar a racionalidade utilitarista economicista, inserida em critérios de eficiência e eficácia organizacional, muitas vezes auto-denominadas participativas, quanto incorporar outras formas de racionalidades mais substantivas e, ainda, de conhecimento tácito, contida em critérios de efetividade extra-organizacional ou, melhor, quando existe o compromisso organizacional para promover valores, como justiça social e bem estar da comunidade, dentro de uma perspectiva estratégica mais ampla, e não focada em alguns aspectos em particular.

Referências Bibliográficas

- DE MASI, Domenico. **O ócio criativo**. Rio de Janeiro: Sextante, 2000.
- DOWBOR, Ladislau. Município e meio ambiente. **IV Seminário Nacional sobre Universidade e Meio Ambiente**. Florianópolis: Ed. UFSC, 1990.
- DOWBOR, Ladislau. **Poder local**. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- EMBRATUR. Anuário Estatístico da Embratur. V.28. Brasília, 2001.
- GANDARA, José Manoel G. **La Imagen de Calidad Ambiental Urbana como Recurso Turístico: el Caso de Curitiba, Brasil**. Universidade de Las Palmas de Gran Canaria. Espanha, 2001. (Tese de Doutorado não publicada)
- HAULOT, Arthur. **Turismo social**. México: Trilhas, 1991.
- HAWKING, Stephen W. **Uma breve história do tempo**. Rio de Janeiro: Rocco, 1988.
- Human Development Report. 1999; New York: Oxford University Press, 1999.
- KRIPPENDORF, Jost. **Sociologia do Turismo: para uma nova compreensão do lazer e das viagens**. São Paulo: Aleph, 2001.
- KUHN, Thomas. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 1970.
- MANNHEIM, Karl. **Sociologia sistemática: uma introdução ao estudo da sociologia**. São Paulo: Pioneira, 1971.
- MARX, Karl e ENGELS, Frierick. **A ideologia Alemã**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.
- MORIN, Edgar e MOIGNE, Jean-Louis le. **A inteligência da complexidade**. São Paulo: Peirópolis, 2000.
- MORIN, Edgar e KERN, Anne Brigitte. **Terra Pátria**. Porto Alegre, 1995.
- OMT. Desarrollo sostenible del turismo. Disponível em www.world-tourism.org/espanol/index.htm. Acesso em 25/11/2002.
- POLANY, Michel. **The tacit dimension**. Gloucester (Mass.): Peter Smith, 1983.
- SACHS, Ignacy. **Espaços, tempos e estratégias do desenvolvimento**. São Paulo: Vértice, 1986.
- SACHS, Ignacy. **Pequena produção e o modelo catarinense de desenvolvimento**. Ciclo de Debates sob a Pequena Produção e o Modelo Catarinense de Desenvolvimento. Florianópolis: Conferência Habitat, 2001.
- SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. Arranjos institucionais para o desenvolvimento sustentável local. **Revista de Administração Municipal**, Rio de Janeiro, v. 43, n. 219, p.71, 1996.
- SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. **Gestão organizacional estratégica para o desenvolvimento sustentável**. Itajaí: UNIVALI, 2000.
- SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. **Desenvolvimento sustentável e turismo**. Blumenau: FURB, 2003a. prelo
- SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. Um novo enfoque analítico de processos de tomada de decisão inseridos em metodologias de aplicação de Agendas 21 e PNMT: uma alternativa para promover o desenvolvimento turístico sustentável. **Turismo: Visão e Ação**, v. 6, n. 12, p.XX – XX, 2003b.

SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. **Sociologia do turismo**. Blumenau. FURB, 2003c. mimeo

SCHUMPETER, Joseph Alois. **Teoria do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Nova Cultural, 1987.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

TOYNBEE, Arnold Joseph. **Em estudo da história**. Brasília: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Martins Fortes, 1987.

UNEP. Awards dor improving the coastal environment. Disponível em www.world-tourism.org/espanol/projects/ethics.html. Acesso em 25/11/2002.

WTO. Código ético mundial para turismo. Disponível em www.uneptie.org/pc/tourism/sensitive/blue_flag.htm. Acesso em 25/11/2002.